

população "maioritária". Num contexto de forte credencialismo, patente na recorrência com que os discursos político e social valorizam a educação e a formação profissional como grandes "armas" contra o desemprego, a motivação para o prosseguimento dos estudos tem potencialidades de crescimento entre os meios sociais mais vulneráveis e com alguma "boa vontade cultural".

Mesmo na posse de fracos níveis de instrução, os pais imigrantes são capazes de desenvolver e tentar inculcar nos seus filhos *ethos* valorizadores da escolarização, nomeadamente se acreditarem na sua funcionalidade para o alargamento do espectro das oportunidades profissionais, na sua conversão em empregos atractivos, e na possibilidade de obtenção de alguma mobilidade social (mais do que de integração) relativamente à sua própria condição social na sociedade de acolhimento (Lauglo, 1999). Neste contexto, quando herdados, esses *ethos* podem promover uma forte *agency* e, deste modo, funcionar como base da superação de alguns dos constrangimentos e dificuldades sentidas no percurso escolar associadas às condições estruturais de origem.

Por outro lado, a vivência de uma condição social estigmatizada e a exposição às adversidades do racismo poderá também ser favorável ao investimento escolar e ao prolongamento da frequência no sistema de ensino por parte de alguns "jovens negros", enquanto estratégia accionada no sentido de minimizar ou contrariar os efeitos ou desvantagens comparativas decorrentes do esteriótipo negativo socialmente difundido acerca da categoria "negro", na crença de que têm de ir além do que é colectivamente esperado para conseguirem competir por desempenhos escolares e oportunidades de trabalho equivalentes aos da maioria da população (Lauglo, 1999). São estratégias prospectivas de fuga e resistência a situações de equidade, injustiça e discriminação social que podem, inclusivamente, fazer emergir e desenvolver a mobilização colectiva e a acção política em torno das questões da "raça" e da "etnicidade" (Mirza e Reay, 2000).

Capítulo 6 EXERCÍCIOS DE CIDADANIA

Vítor Sérgio Ferreira

Vários estudos têm dado conta do enfraquecimento de determinadas formas de exercício da *cidadania política* — no sentido do exercício efectivo de *direitos políticos* formalmente consagrados como o direito de eleger e de ser eleito para cargos representativos e o direito de associação —, nomeadamente entre as camadas mais jovens da população portuguesa (Franklin, Mackie e Valen, 1992; França, 1993; Cruz, 1995; Mozzicafreddo, 1998; Fernandes, 1998; Cabral, 1998; Cabral, 2000).

São diversos os factores chamados à compreensão deste fenómeno, todos eles com presença ou emergência identificada na sociedade portuguesa: o acentuado processo de individualização social; a crescente valorização das pertenças microsociais e dos quadros de interacção nucleares enquanto espaços sociais privilegiados de acção, identificação e realização pessoal; uma débil e cada vez menor confiança nas instituições, designadamente de decisão política; a percepção dos espaços associativos como espaços politizados, com todos os estereótipos negativos que tal transferência simbólica acarreta; o reforço da partidocracia e do eleitoralismo como formas praticamente exclusivas de exercício da cidadania política; o aumento do sentimento de distância ao poder governativo; o enfraquecimento do sentimento de influência e de intervenção social dos cidadãos; a crescente pragmatização e espectacularização da vida política e a perda de valor das grandes ideologias (Cruz, 1995; Ferreira, 1998; Mozzicafreddo, 1998; Cabral, 2000; Freire, 2000; Vieira, 2001).

No entanto, sem querer entrar por uma discussão pormenorizada sobre a adequação de cada um destes factores à sociedade portuguesa, não se deverá esquecer que o contexto generalizado de desinteresse perante determinadas formas organizadas de acção colectiva é habitualmente considerado por referência à conjuntura de forte politização e mobilização que se seguiu ao 25 de Abril, fruto da súbita descompressão social e política de várias décadas de autoritarismo e subordinação política.

Por outro lado, também não deixa de ser utópico pensar que numa determinada sociedade, por mais democrática que seja o seu sistema, os

direitos de cidadania política sejam exercidos de forma plena e igualitária por todos os seus membros. Tal não acontece nem nunca aconteceu em nenhuma sociedade. Na portuguesa também não. Mas existem condições objectivas que propiciam uma maior ou menor disposição subjectiva à participação política por parte de determinados perfis sociais. Sabe-se, por exemplo, que por razões e interesses vários, quanto maiores são os grupos sociais menores são a sua diferenciação mútua e a sua propensão para se mobilizar politicamente (Cabral, 2000). Daí ser legítimo pressupor a hipótese de existir um maior empenhamento no exercício ou na reivindicação dos direitos políticos formais que a cidadania confere por parte de indivíduos pertencentes a grupos minoritários em determinada sociedade.

Nesta perspectiva, procurámos medir e comparar os níveis de participação associada dos "jovens negros" residentes na Grande Lisboa em organizações e grupos de natureza diferenciada,¹ assumindo que esse tipo de participação estará frequentemente ligada à reivindicação, defesa ou extensão do usufruto de direitos não estritamente políticos,² mas também, e sobretudo, de direitos civis e sociais que a cidadania estatui como universais, ou seja, aplicáveis e conferidos a todas as pessoas, porém frequentemente desrespeitados perante determinados segmentos sociais mais vulneráveis em função de determinados atributos (cor da pele, género, orientação sexual, etc.).³ Procurámos também identificar a orientação do seu posicionamento político na escala direita-esquerda, assim como o grau de identificação expressa com a actual oferta partidária disponível no mercado político português, mantendo a comparação com os vários sectores sociais da juventude lisboeta, exercício iniciado nos dois anteriores capítulos.

1 Outras formas de participação social e acção colectiva para além do associativismo, bem como a sua relação com as percepções de discriminação dos "jovens negros" no contexto da sociedade portuguesa, já foram analisadas no Capítulo 3 deste trabalho.

2 Cujo usufruto se encontra em grande medida associado à nacionalidade detida pelo indivíduo, o que quer dizer que o indivíduo só beneficiará deste tipo de direitos caso possua a nacionalidade correspondente ao país onde pretende exercê-los. Nesta óptica, a população imigrante é habitualmente excluída do exercício do direito de voto no país que a recebe. Todavia, o *projecto de cidadania* actual (Barata-Moura, 2000) tende a ver-se progressivamente emancipado do estatuto de nacionalidade do indivíduo, na medida em que cada vez mais Estados democráticos tendem a permitir o exercício dos direitos políticos de cidadania aos residentes de nacionalidade estrangeira no seu território, enquanto prolongamento dos seus direitos humanos e sociais (Turner, 1993; Cabral, 2000). Em Portugal, designadamente, a Lei n.º 50/96 de 4 de Setembro já prevê para os cidadãos estrangeiros a residir em território nacional o direito de voto e de elegibilidade nas eleições autárquicas, mediante determinadas condições.

3 Denominados *direitos negativos*, ou seja, direitos que apesar da sua suposta aplicação universal, têm de ser reforçados em função de determinadas populações específicas, não no sentido de lhes conferir situações excepcionais, mas de evidenciar e acautelar as condições de discriminação e de preconceito a que estão sujeitos (Cabral, 2000).

1. Formas e níveis de participação associada

Tem-se assistido a um interesse renovado, do ponto de vista político, social e mesmo académico, pelo associativismo enquanto unidade social básica para a promoção de uma *cidadania activa* e uma *cultura da participação*, enquanto estratégia de colectivização do combate à exclusão social, bem como estratégia de mediação entre as necessidades da comunidade e as políticas do Estado. Apesar de ter uma expressão mais diminuta do que a tradicional participação eleitoral, o associativismo, enquanto forma possível de organização social com vista à aquisição e promoção de direitos, valores e interesses partilhados por determinado grupo de indivíduos a que estatutariamente têm direito enquanto cidadãos, tem vindo a constituir um meio privilegiado na defesa de interesses colectivos por parte de grupos minoritários em posição mais deficitária em termos de capacidade de representação, de influência e de intervenção junto das esferas de decisão política, social e económica da sociedade maioritária (Capucha, 1990; Vieira, 2001).

As minorias "eticizadas", "racizadas" e/ou de imigrantes, enquanto comunidades socialmente mais vulneráveis e sujeitas a lógicas e processos de dominação social, cultural e económica, têm recorrido frequentemente ao associativismo enquanto estratégia de participação indirecta e de influência na vida política e na opinião pública dos países receptores. Através desta possibilidade civil, têm vindo a tornar o *facto* da sua cidadania política, a um momento, numa (*pre*)ocupação, num *projecto* e num *feito* (Barata-Moura, 2000).

Também na sociedade portuguesa se tem assistido, nos últimos 10 anos, ao crescimento do movimento associativo dentro das várias comunidades "étnicas" que acolhe,⁴ com ênfase nas de origem africana, traduzido quer no aumento da visibilidade e acção pública de associações de âmbito nacional, quer na proliferação de associações locais ou até mesmo de bairro, orientadas sobretudo para a resolução dos problemas concretos e imediatos

Processo em que pesaram factores como o crescimento progressivo e intenso dos fluxos de entrada de estrangeiros em Portugal, a construção mediática deste movimento como problema social e político, a assunção pelo Estado português de compromissos europeus mais restritivos em matéria de política de imigração, os dois processos extraordinários de legalização de estrangeiros ilegais com residência em Portugal, a criação do Secretariado Coordenador das Acções de Legalização, onde se reúnem várias associações permitindo discutir problemas e estratégias comuns, a criação do cargo oficial de Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, algumas acções hostis de carácter xenófobo e racista contra indivíduos "negros", que tiveram repercussões mediáticas, a crescente precariedade das relações laborais da população imigrante, o reconhecimento da existência de diferentes formas e níveis de exclusão dos imigrantes perante determinados direitos sociais e civis de cidadania, etc.

da comunidade mais próxima ou determinados segmentos desta. Por outro lado, tem-se intensificado a acção associada enquanto interlocutora privilegiada das comunidades imigrantes ou minorias "étnicas" junto do poder central, regional ou local, assim como com outras instituições ou organizações de natureza vária (partidos políticos, sindicatos, ONG, etc.). Tal vitalidade tem-se traduzido, ainda, na profissionalização de muitas associações, assim como na sua integração em parcerias, redes e plataformas de discussão e entendimento a nível local, nacional, internacional e transnacional (Carita e Rosendo, 1993; Albuquerque, Ferreira e Viegas, 2000; Albuquerque, 2000; Kastoryano, 2000, Yañez, 2000; Vieira, 2001).

Este cenário remete para uma intensificação da politização da questão da etnicidade em Portugal, enquanto estratégia de reconhecimento público da importância política das questões da imigração e dos imigrantes em Portugal, das suas condições desfavoráveis em termos legais, sociais, económicos e laborais, das situações de discriminação ou marginalização social que sofrem relativamente ao acesso a determinados benefícios ou direitos no plano da saúde, educação, habitação, mercado de trabalho, segurança social, etc. As várias formas de solução associativa emergem, assim, como resposta das comunidades "eticizadas" ou "racizadas" já com alguma sedentarização, à percepção que têm (mesmo que impressionista) do aumento dos contrastes sociais entre imigrantes e população receptora, ou entre "negros" e "brancos", protagonizando formas embrionárias de acção colectiva que se revestem de um conteúdo eminentemente político (Machado, 1992, 1994; Albuquerque *et al.*, 2000; Albuquerque, 2000).

Segundo o estudo realizado por Albuquerque *et al.* (2000), o associativismo "étnico", nas suas várias formas de organização,⁵ começou por funcionar como espaço privilegiado de *afirmação identitária*, no sentido de

5 A expressão "associativismo étnico" traduz-se empiricamente em várias formas de organização, na medida em que o regime legal que enquadrava o associativismo até 1999 não distinguia as associações constituídas por cidadãos imigrantes ou pertencentes a minorias étnicas. Até aí constituíam-se sobretudo como associações culturais, recreativas ou instituições de solidariedade social. Esta situação altera-se com a aprovação do decreto lei n.º 115/99 de 3 de Agosto, que vem enquadrar especificamente o Regime Jurídico das Associações de Imigrantes. No entanto, por outro lado, este tipo de associações pode também integrar indivíduos que nunca passaram por nenhum tipo de experiência migratória, mas que partilham de um mesmo sentimento de solidariedade grupal e de pertença identitária — alicerçado no reconhecimento de um património simbólico comum constituído por elementos como a história, a cultura, a língua, a religião, a "raça", a nacionalidade, etc., que é auto e hetero percebido como distinto do maioritário — assim como, frequentemente, de um sentimento de desvantagem, desigualdade ou de discriminação social. São associações que podem ainda abranger populações de origens diferenciadas, mas a residir no mesmo espaço e partilhando de uma mesma condição, como se passa, por exemplo, com a multiplicidade de associações de jovens que têm vindo a ser criadas ultimamente (Albuquerque *et al.*, 2000; Albuquerque, 2000).

conservar, difundir e afirmar a suposta identidade cultural e social de uma dada minoria no contexto social português, promovendo actividades que apelavam a supostas especificidades culturais (como a música ou gastronomia, por exemplo), e que tentavam instituir práticas e símbolos socialmente unificadores (com recurso ao desporto, à música ou à dança, por exemplo). Cumpriam também funções *sociabilísticas*, de recreação e convívio, assim como de *solidariedade* ou acção social, facilitando a entreatada no processo inicial de fixação e de adaptação dos seus membros ao novo contexto social e cultural (em termos monetários, burocráticos ou de inserção habitacional, educacional ou profissional do recém-chegado).

Actualmente, a par dessas funções, o associativismo "étnico" tende a funcionar cada vez mais como instrumento possível e eficaz de representação e de intervenção das minorias "étnicas" junto das várias instâncias de decisão e poder político-administrativo, no sentido de aumentar a capacidade de influenciar ou determinar as orientações da acção política em função dos interesses fundamentais da comunidade que representa: a garantia e a expansão dos direitos de cidadania adquiridos, a plena aplicação dos princípios de igualdade de oportunidades e de justiça social aos seus membros, visando a melhoria das suas condições de vida e a sua plena integração — e não assimilação⁶ — na sociedade de acolhimento; assim como de participar paritariamente e activamente na estruturação das medidas, programas e acções orientadas para um público-alvo de origem africana (Capucha, 1990; Machado, 1992, 1994; Carita e Rosendo, 1993; Albuquerque *et al.*, 2000).

"Principalmente no que respeita aos migrantes económicos, as expectativas iniciais de sucesso e de retorno aos países de que são provenientes não proporcionaram um quadro favorável ao desenvolvimento de actividades associativas de carácter político e reivindicativo, nos primeiros tempos de fixação. (...) A este nível, são as gerações descendentes aquelas que acabam por desempenhar um papel mais activo. A persistência de condições sociais desfavoráveis às gerações descendentes, que em geral assumem uma posição menos conformista do que as primeiras gerações de migrantes relativamente ao que lhes é proporcionado pela sociedade receptora, poderá levar a uma multiplicação das intervenções colectivas de tipo reivindicativo, partindo do princípio que são mais altas as suas expectativas em relação ao contexto social em que cresceram." (Albuquerque *et al.*, 2000, p. 29)

Enquanto processo unilateral de adopção, por parte do grupo minoritário, das normas, valores e referentes materiais e simbólicos da cultura dominante em detrimento das que são características da sua cultura de origem. Sobre a adopção das diversas estratégias de aculturação previstas por W. J. Berry — assimilação, integração, separação e marginalização — por parte de jovens "negros" no contexto da sociedade portuguesa, ver Khan e Vala (1999).

Neste contexto, compreende-se que a adesão a associações ou grupos organizados seja, em geral, notoriamente mais elevada entre os «jovens negros», não só em termos de volume, como também de diversidade de pertença. Assiste-se, não só, a um impulso na participação dos jovens nas associações existentes, como também na constituição de novas associações propriamente juvenis, o que se justifica não só pela sua vontade em se tornar participantes activos na vida social, política, económica e cultural do país receptor — que cada vez mais é igualmente o seu país de nascimento — para a defesa dos seus direitos de cidadania, mas também pela consciência que vêm adquirindo da necessidade em alargar, organizar e tornar visível a sua intervenção no plano político e social, nomeadamente com a finalidade «de contrariar as imagens de violência, desenraizamento e insucesso escolar que sobressaíam na sociedade relativamente aos jovens descendentes de imigrantes. É igualmente esta a razão que leva a que estas associações dêem muita importância à intervenção cultural, pois grande parte dos jovens estão envolvidos em grupos de dança e de música, e é através da organização de eventos culturais que eles dão a conhecer à sociedade a sua especificidade cultural» (Albuquerque *et al.*, 2000, p. 54).

De facto, comparando com os “jovens negros”, os jovens lisboetas só conseguem grangear taxas apreciáveis de associativismo (e mesmo assim francamente inferiores) na área do desporto, designadamente na pertença a clubes (14%) e equipas desportivas (11%) (Figura 6.1). Junto da população “negra”, em contrapartida, os índices de associativismo não só são bastante mais altos nesta mesma área, duplicando a pertença a clubes (32%) e equipas desportivas (25%), como atingem valores também elevados noutra tipo de associações, como as de estudantes (29% vs 4%), os grupos religiosos (21% vs 1,5%), as associações recreativas (16% vs 4%) e os grupos musicais (15% vs 2,5%). De resto, a sua participação continua a ser mais elevada em associações de natureza cívica, de acção social, em claques desportivas, em grupos de teatro ou até mesmo em partidos políticos ou juventudes partidárias.

Temos, portanto, três principais áreas de incidência na mobilização da acção colectiva dos “jovens negros” residentes na região de Lisboa: a cidadania (associações de estudantes, recreativas, cívicas ou de acção social), o desporto (clubes, equipas e claques), a religião (grupos religiosos) e a cultura, com principal destaque para a música. A adesão e participação em cada uma destas áreas, sendo motivada por interesses diferenciados, irá também deter diferentes bases de recrutamento social.

2. Associativismo cívico e atitudes perante a política

Uma forma de associativismo cuja adesão se demonstra bastante intensa entre os “jovens negros” remete para a área de acção cívica e política, onde

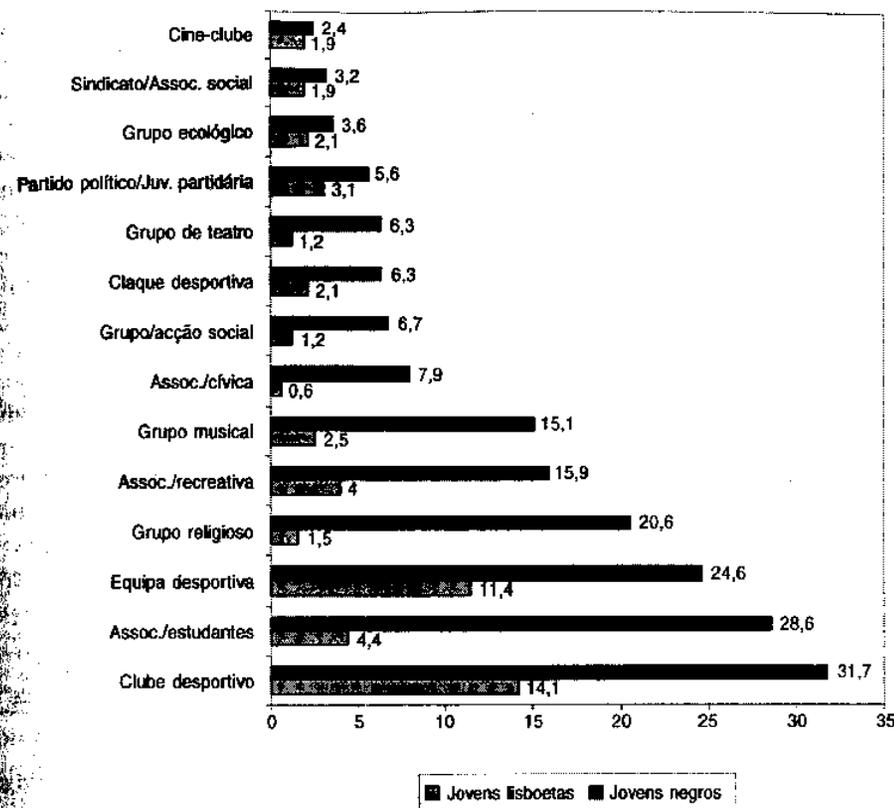


Figura 6.1 Pertença a associações, segundo as amostras (%)

Podemos integrar o associativismo estudantil. Como seria de esperar, este espaço social encontra-se bastante ocupado por estudantes (em exclusividade ou em cumulatividade com o trabalho) do ensino superior, sendo também frequentado por jovens que estão no ensino secundário (Figura 6.2 e Quadro 6.1). Embora na amostra lisboeta se atinjam níveis de associativismo apreciáveis entre os estudantes universitários (17%), estes nunca são sequer próximos dos que ocorrem entre a população estudantil “negra”.

São sobretudo os estudantes estrangeiros provenientes dos PALOP (50%) os que mais aderem a associações estudantis (Quadro 6.2), o que revela a importância funcional destas na primeira fase de adaptação ao contexto académico do país de acolhimento, enquanto rede social de apoio e facilitação em variadas situações (procura de habitação, de sociabilidades comuns, de emprego para acumulação, ajuda em questões legais e administrativas, etc.). Daí diminuir bastante a adesão a este tipo de associações por parte dos jovens estudantes com cidadania portuguesa (18%). Aliás, a

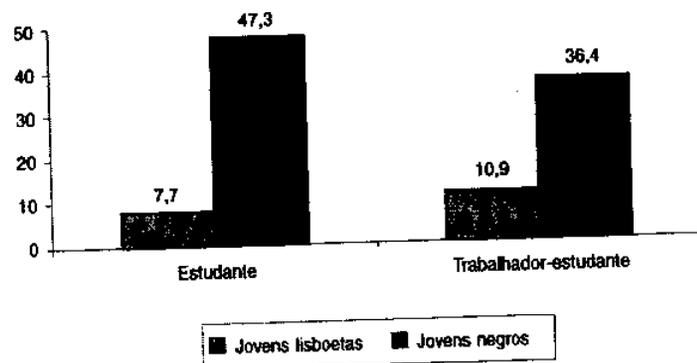


Figura 6.2 Pertença a associações de estudantes, segundo as amostras e a condição perante o trabalho (%)

Quadro 6.1 Pertença a associações de natureza cívica ou política, segundo as amostras e o grau de instrução do próprio (%)

Associações	Jovens lisboetas				Jovens negros			
	Até 6 ^a	7 ^a -9 ^a	10 ^a -12 ^a	+12 ^a	até 6 ^a	7 ^a -9 ^a	10 ^a -12 ^a	+12 ^a
Associação de estudantes	-	1,8	1,9	16,8	6,5	11,1	36,5	53,3
Associação recreativa	1,0	0,6	6,3	8,9	19,4	13,3	16,5	13,3
Associação cívica	-	1,2	0,6	-	4,8	2,2	7,1	16,7
Partido político/juv. partidária	1,0	1,2	4,4	5,9	-	2,2	7,1	11,7

existência de um considerável contingente de estudantes provenientes do continente africano entre a população estrangeira residente em Portugal tem, inclusivamente, conduzido à criação de associações de estudantes africanos, ou de núcleos específicos para estes em associações estudantis já constituídas (Albuquerque *et al.*, 2000; Albuquerque, 2000).

O facto de ser uma forma de associativismo mais característica de estudantes em etapas avançadas do percurso escolar, também explica a sobre-representação que nele encontramos de jovens identificados com a classe social mais elevada (53%), do género feminino (34,5%), naturais de Angola (37%) e de outras nacionalidades (37,5%) (Quadros 6.2, 6.3 e 6.4). Com uma base de recrutamento social muito idêntica na sua selectividade, no sentido das elites juvenis mais escolarizadas e socialmente privilegiadas, com alguma sobre-representação dos jovens de nacionalidade angolana, temos também as associações cívicas e os partidos políticos ou juventudes partidárias.

Quadro 6.2 Pertença a associações de natureza cívica ou política, segundo a nacionalidade dos inquiridos (%)

Associações	Portugal	Cabo-Verde	Angola	Guiné-Bissau	Outras
Associação de estudantes	14,7	31,7	36,9	28,1	37,5
Associação cívica	-	9,5	9,2	21,9	4,2
Associação recreativa	17,6	22,2	10,8	6,3	20,8
Partido político	1,5	6,3	13,8	-	-

Quadro 6.3 Pertença a associações de natureza cívica ou política, segundo as amostras e a classe social subjectiva (%)

Associações	Jovens lisboetas				Jovens negros			
	Alta/média alta	Média baixa	Trabalhadora	Baixa/pobre	Alta/média alta	Média baixa	Trabalhadora	Baixa/pobre
Associação de estudantes	14,3	4,5	2,8	-	52,9	26,1	19,8	17,6
Associação recreativa	10,7	3,8	2,4	-	9,8	17,0	14,6	35,3
Part. político/juv. partidária	10,7	1,9	2,4	2,4	11,8	4,5	3,1	5,9

Quadro 6.4 Pertença a associações de natureza cívica ou política, segundo as amostras e o género (%)

Associações	Jovens lisboetas		Jovens negros	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Associação de estudantes	4,3	4,5	23,7	34,5
Part. político/juv. partidária	3,9	2,3	7,9	2,7

Do outro lado estão as associações recreativas, bastante mais transversais e agregadoras do ponto de vista da escolaridade dos inquiridos "negros", notando-se, porém, uma maior frequência por parte dos jovens de extracção social mais baixa relativamente às restantes classes sociais, a que não será alheio o facto de ser um espaço associativo mais frequentado por população de nacionalidade cabo-verdiana e portuguesa (que, como sabemos, uma grande maioria é de origem cabo-verdiana). Entre a população lisboeta, por sua vez, as associações recreativas continuam a ser mais mobilizadas entre os jovens mais escolarizados e de origens sociais privilegiadas.

elevada (17% vs 4%) (Quadro 6.6). Parece ser, portanto, dentro de uma elite estudantil e socialmente privilegiada que os temas políticos são mais debatidos entre os "jovens negros", corroborando a hipótese das homologias entre formas de mobilização associativa e cognitiva.

Quadro 6.6 Frequência na discussão de assuntos políticos com amigos, segundo as amostras e a classe social subjectiva (%)

Classe subjectiva	Jovens lisboetas				Jovens negros			
	Alta/média alta	Média baixa	Trabalhadora	Baixa/pobre	Alta/média alta	Média baixa	Trabalhadora	Baixa/pobre
Frequência								
Frequentemente	3,6	24,7	20,7	14,3	17,2	5,7	8,6	9,7
De vez em quando	82,1	65,2	70,5	66,7	35,9	30,1	24,7	35,5
Raramente	12,5	6,3	6,8	19,0	23,4	44,7	40,2	25,8
Nunca	1,8	3,8	2,0	-	23,4	19,5	26,4	29,0

Quadro 6.7 Frequência na discussão de assuntos políticos com amigos, segundo o estatuto de cidadania dos inquiridos (%)

Frequência	Estatuto				
	Português	Imigrante legal	Imigrante ilegal	Estudante estrangeiro	Dupla nacionalidade
Frequentemente	6,7	7,3	-	19,5	6,7
De vez em quando	25,6	29,0	18,8	40,3	20,0
Raramente	40,2	37,9	37,5	29,9	53,3
Nunca	27,4	25,8	43,8	10,4	20,0

Conheçamos agora a orientação política de uma potencial participação eleitoral dos "jovens negros", o que remete para o conhecimento sobre os respectivos posicionamentos topológicos na escala direita-esquerda, assim como a identificação dos principais grupos de simpatia partidária perante as possibilidades oferecidas no mercado de partidos políticos portugueses.

No inquérito aplicado aos "jovens negros" foi-lhes solicitado que se situassem numa escala numérica que compreendia 10 posições, correspondendo respectivamente o número 1 à posição política mais à esquerda e o número 10 à posição mais à direita. Por forma a evitar a dispersão dos resultados obtidos, as posições desta mesma escala foram posteriormente agregadas duas a duas. Da distribuição global salienta-se, como aliás já é habitual quando escalas deste tipo são utilizadas, a predominância dos posicionamentos ao centro (40%), sendo as categorias dos extremos, em contrapartida, as menos assinaladas (Figura 6.4). De qualquer forma, observa-

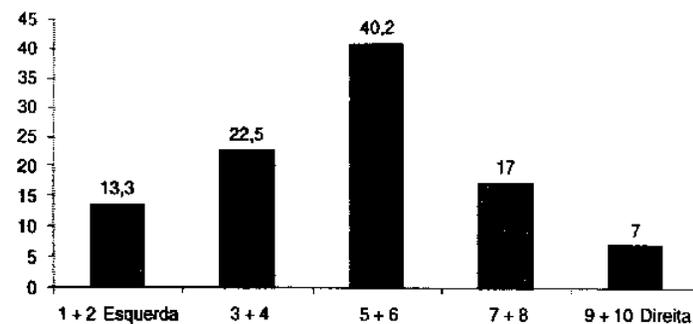


Figura 6.4 Posição política dos "jovens negros" (%)

se uma maior concentração de inquiridos com posicionamentos à esquerda (36%) do que à direita (24%). Este indicador não revela qualquer variação significativa com nenhuma das variáveis que temos vindo a utilizar como independentes. Note-se, ainda, que cerca de 1/4 da população juvenil "negra" optou por não se colocar em qualquer posição na referida escala, o que indicia algum distanciamento perante a esfera política e as suas tradicionais clivagens.

Esse distanciamento aumenta significativamente quando confrontamos a população inquirida com o leque de possibilidades concretas disponíveis no mercado partidário português (Figura 6.5). São efectivamente cerca de metade os "jovens negros" que afirmam não ter nenhuma simpatia partidária por qualquer dos partidos políticos portugueses, não se afastando muito da percentagem de jovens lisboetas com a mesma opinião (43%). Quer isto dizer que este segmento da população juvenil não se encontra muito menos identificado do que a generalidade da população juvenil lisboeta com as opções partidárias disponíveis no actual espectro político português.

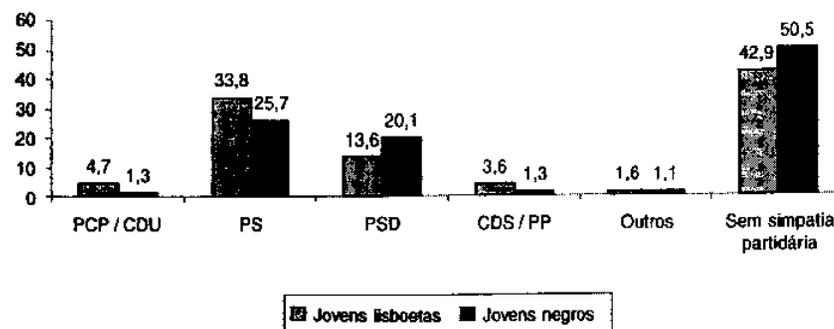


Figura 6.5 Simpatias partidárias, segundo as amostras (%)

Entre os que optaram por uma das opções partidárias disponíveis, nota-se alguma perda do favoritismo pelo PS relativamente à população jovem lisboeta — sem que este partido perca, todavia, a sua predominância no espectro das simpatias partidárias —, sucedendo o mesmo, embora numa escala bastante mais reduzida, com a simpatia pelo CDS/PP. Essas percas, por seu turno, vão beneficiar o PSD, partido que recruta 20% das simpatias políticas dos “jovens negros”, alcançando apenas 14% de simpatizantes entre a população jovem lisboeta.

O distanciamento perante o espectro partidário português verifica-se, em ambas as amostras, bastante dependente da idade dos inquiridos, sendo particularmente acentuado entre os mais novos, ou seja, os que ainda não têm idade para votar, onde a desidentificação partidária atinge os 70% (Quadro 6.8). A partir dos 18-20 anos, por sua vez, os índices de identificação partidária já começam a tornar-se bastante mais fortes. No entanto, se entre a população jovem lisboeta o distanciamento partidário se vai esbatendo significativamente à medida que a idade aumenta, a mesma tendência é menos acentuada entre os “jovens negros”. Enquanto entre estes últimos ainda encontramos no grupo etário mais velho cerca de 42% de jovens sem qualquer tipo de simpatia partidária, entre os jovens lisboetas na mesma faixa etária a desidentificação partidária desce aos 29%.

Quadro 6.8 Simpatias partidárias, segundo as amostras e o grupo etário (%)

Grupo etário	Jovens lisboetas				Jovens negros			
	15-17	18-20	21-24	25-29	15-17	18-20	21-24	25-29
Simpatias partidárias								
PCP/CDU	2,7	4,7	8,5	3,2	1,7	1,3	0,9	1,6
PS	19,8	32,7	39,6	42,1	13,3	24,4	23,9	34,1
PSD	4,5	13,1	13,2	22,2	13,3	19,2	23,9	20,3
CDS/PP	2,7	3,7	4,7	3,2	-	-	2,6	1,6
Outros	0,9	1,9	2,8	0,8	1,7	-	1,7	0,8
Sem simpatia partidária	69,4	43,9	31,1	28,6	70,0	55,1	47,0	41,5

Não esqueçamos que é justamente nesta faixa etária que encontramos maior representação de imigrantes com menos tempo de permanência em Portugal. Assim, se entre os primeiros se pode dizer tratar-se de um efeito de idade ou de ciclo de vida, que se traduz na transição de uma fase *moratória de irresponsabilidade* frequentemente atribuída à juventude (Cabral, 1998) para uma progressiva consciencialização política e social à medida que se vão cumprindo algumas etapas da transição para a idade adulta (entrada no mercado de trabalho, constituição de família, etc.), entre os segundos a

desidentificação partidária poderá advir de um efeito de falta de familiaridade e de alheamento perante o funcionamento do sistema democrático português, nomeadamente por parte daqueles que estão formalmente impossibilitados de nele ter uma participação efectiva através do direito de voto.

Por outro lado, note-se ainda que, dentro das duas amostras, o crescimento da identificação partidária acaba por beneficiar os dois principais partidos portugueses, sobretudo o PS, com principal incidência dentro do eleitorado “negro”, já que neste sector juvenil se verifica alguma estabilidade etária dos simpatizantes do PSD.

Também a condicionar as atitudes dos inquiridos perante o sistema partidário surge, uma vez mais, o nível de escolaridade (Quadro 6.9). Com este, o padrão regular é o aumento das simpatias partidárias acompanharem o crescimento da escolaridade, observando-se as atitudes de desidentificação particularmente elevadas entre os inquiridos sem curso superior, nomeadamente entre os “jovens negros”. A frequência universitária esbate, por sua vez, as diferenças comparativas entre as duas amostras, quer em termos de desidentificação, quer em termos de identificação com os vários partidos, apesar de continuarmos a notar uma propensão para a simpatia pelos pequenos partidos mais do lado da população jovem lisboeta. Pode-se ainda assinalar o crescimento dos simpatizantes do PS entre a população com escolaridade superior. No cômputo final, o que se constata é que quanto mais velhos e mais escolarizados, mais semelhantes são as atitudes entre “jovens negros” e “jovens brancos” perante o sistema partidário português.

Quadro 6.9 Simpatias partidárias, segundo as amostras e o grau de instrução do próprio (%)

Instrução do próprio	Jovens lisboetas				Jovens negros			
	até 6º	7º-9º	10º-12º	+12º	até 6º	7º-9º	10º-12º	+12º
Simpatias partidárias								
PCP/CDU	3,6	2,8	6,4	5,9	1,6	1,4	-	2,6
PS	31,3	34,5	32,1	37,6	22,1	18,1	25,5	38,5
PSD	7,2	13,4	12,9	21,2	22,1	12,5	18,9	25,6
CDS/PP	1,2	2,1	3,6	8,2	1,6	1,4	0,9	1,3
Outros	1,2	0,7	2,9	1,2	0,8	1,4	0,9	1,3
Sem simpatia partidária	55,4	46,5	42,1	25,9	51,6	65,3	53,8	30,8

Em termos comparativos, pode ainda constatar-se que a relação entre a identificação de classe e a identificação partidária é bastante mais estreita entre a população jovem lisboeta do que no contexto específico da população juvenil “negra” (Quadro 6.10). De facto, enquanto na amostra “negra” a variação das simpatias partidárias é bastante uniforme segundo

Quadro 6.10 Simpatias partidárias, segundo as amostras e a classe social subjectiva (%)

Classe subjectiva	Jovens lisboetas				Jovens negros				
	Alta/média alta	Média baixa	Trabalhadora	Baixa/pobre	Alta/média alta	Média baixa	Trabalhadora	Baixa/pobre	
Simpatias partidárias									
PCP/CDU	8,3	3,8	5,4	-	1,6	1,8	1,2	-	
PS	33,3	30,3	40,2	11,1	23,0	29,8	24,4	25,8	
PSD	10,4	18,2	12,5	8,3	26,2	15,8	22,0	16,1	
CDS/PP	10,4	5,3	0,4	8,3	1,6	-	1,2	6,5	
Outros	2,1	3,0	0,9	-	-	1,8	1,2	-	
Sem simpatia partidária	35,4	39,4	40,6	72,2	47,5	50,9	50,0	51,6	

a classe subjectiva, não obtendo qualquer significância estatística, entre os jovens lisboetas a distribuição das simpatias partidárias observa-se bastante mais sensível a essa variável: a atitude de desidentificação atinge 72% entre os inquiridos que se posicionam na classe mais baixa/pobre (penalizando bastante o partido maioritário, que baixa radicalmente para 11% das simpatias), em contraste com os 35%-40% que caracteriza as restantes classes; o CDS/PP recruta os maiores índices de simpatia nos extremos da estrutura social; o PCP/CDU obtém mais potenciais eleitores entre os que se identificam com as classes mais altas.

De resto, será ainda de assinalar que, em ambas as amostras, o início da vida activa favorece a identificação partidária, excepto quando a integração no mercado de trabalho implica situações de vulnerabilidade e precariedade laboral (Quadros 6.11 e 6.12). Com efeito, encontramos atitudes de desidentificação partidária mais enraizadas entre os inquiridos em situação de estudante ou de desemprego — ainda que muito provavelmente

Quadro 6.11 Simpatias partidárias, segundo as amostras e a condição perante o trabalho (%)

Cond.	Jovens lisboetas					Jovens negros				
	Só estuda	Trab.-estuda	Só trabalha	Desemp.	Outra	Só estuda	Trab.-estuda	Só trabalha	Desemp.	Outra
Simpatia										
CDU	3,8	15,4	3,3	2,8	9,1	1,9	2,0	0,7	-	-
PS	26,8	35,9	40,9	25,0	54,5	20,0	31,3	28,1	19,0	14,3
PSD	8,2	20,5	18,2	13,9	-	16,2	25,3	20,9	19,0	7,1
CDS/PP	4,4	7,7	2,2	2,8	-	-	-	2,9	-	7,1
Outros	2,2	-	0,6	5,6	-	1,0	2,0	0,7	-	-
S/simpa.	54,6	20,5	34,8	50,0	36,4	61,0	39,4	46,8	61,9	71,4

Quadro 6.12 Simpatias partidárias, segundo o estatuto de cidadania dos inquiridos (%)

Simpatias partidárias	Estatuto				
	Português	Imigrante legal	Imigrante ilegal	Estudante estrangeiro	Dupla nacionalidade
PCP/CDU	1,9	1,7	-	-	-
PS	28,8	19,5	-	33,3	30,8
PSD	16,3	22,9	33,3	20,8	23,1
CDS/PP	1,3	2,5	-	-	-
Outros	2,5	-	-	-	-
Sem simpatia partidária	49,4	53,4	66,7	45,8	46,2

por razões distintas —, assim como entre os “jovens negros” em situação clandestina, sectores sociais onde a proporção de inquiridos sem qualquer simpatia partidária chegam a ultrapassar os 60%.

3. Associativismo desportivo

No desporto, área de actividades em que as associações de natureza “étnica” sempre apostaram bastante,⁸ o recrutamento associativo faz-se sobretudo no sector masculino, sendo a pertença dos homens a clubes ou equipas desportivas sensivelmente o dobro da das mulheres em ambas as amostras (Quadro 6.13). De qualquer forma, a presença das mulheres em associações desportivas não deixa de ser muito mais significativa junto da amostra “negra”.

Quadro 6.13 Pertença a associações, segundo as amostras e o género (%)

Associações	Jovens lisboetas		Jovens negros	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Clube desportivo	17,6	10,6	41,7	19,5
Equipa desportiva	16,5	6,4	33,1	14,2

⁸ Daí o protocolo celebrado com a Secretaria de Estado do Desporto em 21 de Janeiro de 1997, por forma a apoiar o desenvolvimento de actividades desportivas dirigidas às comunidades imigrantes e seus descendentes; como o próprio texto justifica, este protocolo teve lugar devido à existência de um número considerável de associações de origem imigrante ou “étnica” a dedicarem-se à organização deste tipo de actividades.

Mas se a masculinidade da adesão nesta área associativa é uma característica comum às populações em análise, a sua selectividade social torna-se um aspecto revelador de algum contraste étnico. Pelo lado dos jovens lisboetas em geral, a pertença associativa na área desportiva surge nitidamente elitizada, aparecendo sobrerrepresentada entre os jovens com escolaridades mais elevadas (onde atinge valores na ordem dos 15%-20%) e identificados com as fracções mais altas da hierarquia social (onde chega aos 36% de pertenças a clubes e 23% a equipas desportivas) (Quadros 6.14 e 6.15). Já do lado dos "jovens negros", a elevada adesão ao associativismo desportivo irá demonstrar-se transversal à estrutura social e escolar da população. A transversalidade da pertença associativa relativa ao desporto revela-se ainda na situação ocupacional dos "jovens negros", praticamente indiferente ao facto de se trabalhar ou não (Figura 6.6). Já entre os jovens lisboetas a adesão constata-se substancialmente mais frequente entre a população estudantil e desempregada, diminuindo bastante junto da população empregada.

Quadro 6.14 Pertença a associações, segundo as amostras e o grau de instrução do próprio (%)

Associações	Jovens lisboetas				Jovens negros			
	até 6 ^ª	7 ^ª -9 ^ª	10 ^ª -12 ^ª	+12 ^ª	até 6 ^ª	7 ^ª -9 ^ª	10 ^ª -12 ^ª	+12 ^ª
Clube desportivo	4,1	9,8	20,3	20,8	33,9	40,0	35,3	18,3
Equipa desportiva	4,1	9,8	14,6	15,8	22,6	31,1	25,9	20,0

Quadro 6.15 Pertença a associações, segundo as amostras e a classe social subjectiva (%)

Associações	Jovens lisboetas				Jovens negros			
	Alta/média alta	Média baixa	Trabalhadora	Baixa/pobre	Alta/média alta	Média baixa	Trabalhadora	Baixa/pobre
Clube desportivo	35,7	14,0	11,2	-	25,5	33,0	35,4	23,5
Equipa desportiva	23,2	12,7	10,0	-	23,5	25,0	22,9	35,3

Como interpretar a transversalidade do interesse e da adesão associativa na área desportiva por parte dos "jovens negros"? Na compreensão deste facto podemos levantar a hipótese de os envolvimento desportivos terem significados e efeitos diferentes segundo a apropriação feita por diferentes grupos "étnicos" (MacClancy, 1996), funcionando para os "jovens

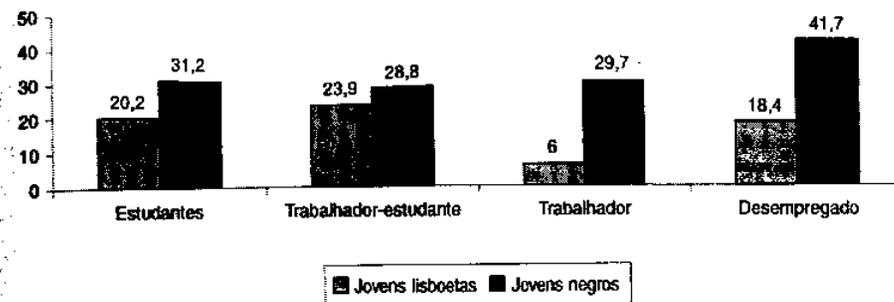


Figura 6.6 Pertença a associações de natureza desportiva, segundo as amostras e a condição perante o trabalho (%)

negros" como um espaço social atractivo e de referência identitária muito positiva, na medida em que é simbolicamente investido de uma "mística" conotada com o sucesso "étnico", onde são bastante visíveis muitas trajectórias de rápida ascensão social e reconhecimento público de indivíduos "negros" (Rudman, 1986).

Com efeito, alguns estudos têm mostrado como determinados sectores sociais das minorias "negras" tomam o envolvimento desportivo como meio possível de mobilidade social e económica, desenvolvendo um poder de atracção mais forte e convergente relativamente à população "branca". Daí a sua participação em actividades desportivas extra-curriculares durante o percurso escolar ser relativamente mais elevada que o de outras minorias ou maiorias étnicas (Snyder e Spreitzer, 1990). Ou o facto de a prática desportiva constituir uma referência identitária mais saliente e de auto-estima mais positiva dentro do "sistema de popularidade adolescente" dos rapazes estudantes liceais "negros" nos EUA, do que a honra e sucesso propriamente académico ou estudantil. Eles preferem, no futuro, ser lembrados como "estrelas desportivas" a "estudantes brilhantes", o mesmo não sucedendo com os jovens "brancos" cuja referência mais positiva vai no sentido da categoria composta de "estudante-atleta" (Goldberg e Chandler, 1989).

4. Associativismo cultural

Outro espaço social onde a notoriedade e o protagonismo público de indivíduos "negros" é bastante visível é o campo da música. O referente musical é largamente reconhecido na literatura sociológica como uma das mais importantes formas de expressão no plano da construção identitária dos colectivos juvenis, funcionando como principal eixo estruturante das suas sociabilidades nucleares ou "tribais" — como vai sendo usual designar-se —, nomeadamente nas "youth black cultures". Nestas, o potencial de

mobilização de acção colectiva em torno da música tem-se traduzido numa forte adesão a um género musical específico, o *rap*, nascido na cultura *hip hop* dos EUA, caracterizado por veicular mensagens de contestação, oposição, resistência, protesto e/ou denúncia perante situações de discriminação e exclusão social que têm por base a cor da pele. Também em Portugal, este movimento musical tem tido um forte impacto entre os “jovens negros” moradores nas periferias de Lisboa, configurando uma das formas privilegiadas de mobilização de acção colectiva destes, ainda que a uma escala micro-social e de natureza informal, orientada por uma lógica de convívio hedonista (Machado, 1994; Contador e Ferreira, 1997; Contador, 1998; Briggs e Cogley, 1999; Contador, 2001; Albuquerque, 2000; Mahon, 2000).

A natureza informal destes grupos não inibe, todavia, o sentido político e de intervenção social de que se reveste as suas manifestações e discursos. Os contextos culturais juvenis de rua em que mais frequentemente acontecem, acabam por constituir espaços autónomos de consciencialização de direitos e deveres de cidadania, longe do espaço espartilhado pelas lógicas, regras e constrangimentos institucionais que sempre regem o funcionamento das associações formais. Dada a adesão juvenil a este tipo de manifestações culturais, a música, a par de outras áreas de expressão cultural, artística e desportiva, acaba por ser também bastante utilizada pelas associações “étnicas” enquanto instrumento de aliciamento e captação dos segmentos mais jovens. Por outro lado, é ainda de salientar a função que a música e outras manifestações culturais detêm, em contexto associativo formal, na conservação e celebração das tradições culturais populares da origem, sendo reconhecida e instrumentalizada como símbolo, nostálgico e folclorizado, do território longínquo com o qual o grupo migrante se identifica (Albuquerque *et al.*, 2000; Contador, 2001).

Neste contexto, percebe-se que a pertença a grupos de música também obtenha um índice de adesão bastante mais elevado junto dos “jovens negros” relativamente à generalidade dos jovens lisboetas, nomeadamente entre o seu sector masculino (onde 19% diz pertencer a um grupo musical, atingindo 10% de adesão entre as raparigas), e entre as camadas etariamente mais jovens, tendendo a diminuir à medida que a idade avança (de 24,5% no grupo 15-17 anos para 8,5% no grupo 25-29 anos) (Quadros 6.16 e 6.17). Em contrapartida, a entrada no mercado de trabalho não demove esses jovens dos seus projectos musicais, verificando-se a mesma transversalidade segundo a situação ocupacional que se verificava na área do desporto, situação que acaba por contrastar com a pertença a grupos musicais entre os jovens lisboetas, nitidamente associada à condição de estudante (Quadro 6.18). O mesmo já não sucede com a mobilização juvenil “negra” em grupos de teatro, cujo recrutamento social se faz, sobretudo, entre os estudantes em exclusividade, nas faixas etárias mais jovens e no sector feminino dessa população.

Quadro 6.16 Pertença a associações, segundo as amostras e o género (%)

Associações	Género	Jovens lisboetas		Jovens negros	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Grupo musical		2,4	2,7	18,7	10,6
Grupo de teatro		1,2	1,1	3,6	9,7

Quadro 6.17 Pertença a associações, segundo as amostras e o grupo etário (%)

Associações	Grupo etário	Jovens lisboetas				Jovens negros			
		15-17	18-20	21-24	25-29	15-17	18-20	21-24	25-29
Grupo musical		3,9	1,7	4,0	0,7	24,5	16,4	13,7	8,5
Grupo de teatro		2,4	0,8	0,8	0,7	15,1	7,3	2,7	2,8

Quadro 6.18 Pertença a associações, segundo as amostras e a condição perante o trabalho (%)

Associações	Condição	Jovens lisboetas					Jovens negros				
		Só estuda	Trab.-estuda	Só trabalha	Desemp.	Outra	Só estuda	Trab.-estuda	Só trabalha	Desemp.	Outra
Grupo musical		4,3	6,5	0,5	-	-	15,1	18,2	13,5	16,7	-
Grupo teatro		2,4	-	0,5	-	-	10,8	3,0	5,4	-	-

5. Associativismo e posições religiosas

Ainda no plano das identidades socio-culturais e da sua relação com a pertença associativa, observe-se o elevado índice de adesão a grupos religiosos entre os “jovens negros” (21%) relativamente à generalidade dos jovens lisboetas (1,5%), o que indicia a saliência que esta dimensão assume no processo de construção identitária de boa parte dos primeiros. Ainda que não se verifiquem variações particularmente significativas com as restantes variáveis, a pertença a grupos religiosos revela uma frequência acima da média dentro do sector feminino (26,5% vs 16%) e entre os naturais da Guiné-Bissau (37,5%) (Figuras 6.7 e 6.8).

A relevância socio-simbólica da prática confessional entre os “jovens negros” relativamente à generalidade dos jovens lisboetas é confirmada

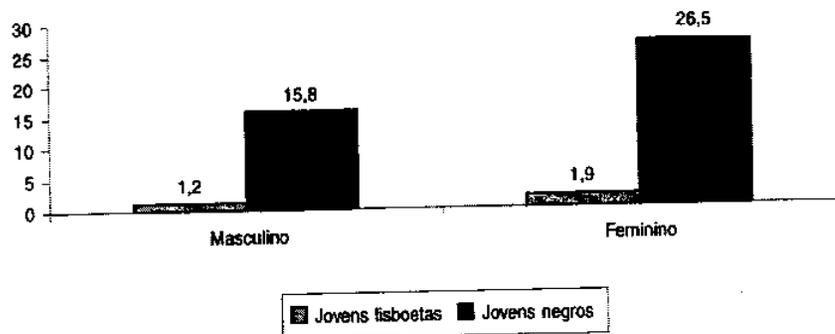


Figura 6.7 Pertença a grupos religiosos, segundo as amostras e o sexo (%)

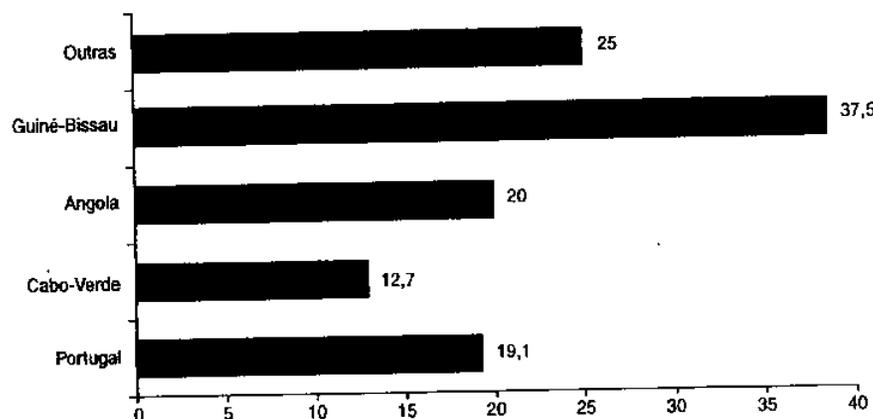


Figura 6.8 Pertença a grupos religiosos, segundo a naturalidade dos inquiridos (%)

quando comparamos os resultados relativos às posições religiosas dos inquiridos (Figura 6.9). Por um lado, as posições não religiosas, no seu conjunto (agnósticos, indiferentes e ateus), tendem a ser menos frequentadas entre os "jovens negros" relativamente aos jovens lisboetas (19% vs 26%), o que indicia a maior religiosidade dos primeiros. Por outro lado, a vivência do catolicismo por parte da larga maioria que se identifica com esta confissão é bastante mais *ritualista* entre os "jovens negros" (23% destes afirmam-se católicos praticantes) do que entre os jovens lisboetas (10% de católicos praticantes), estes mais *nominalistas* na sua atitude perante o catolicismo (62% dizem-se católicos não praticantes, categoria que obtém 47% entre os inquiridos "negros").

O contraste cultural verificado entre "negros" e "brancos" na dimensão religiosa prolonga-se ainda na pluralidade confessional que caracteriza os

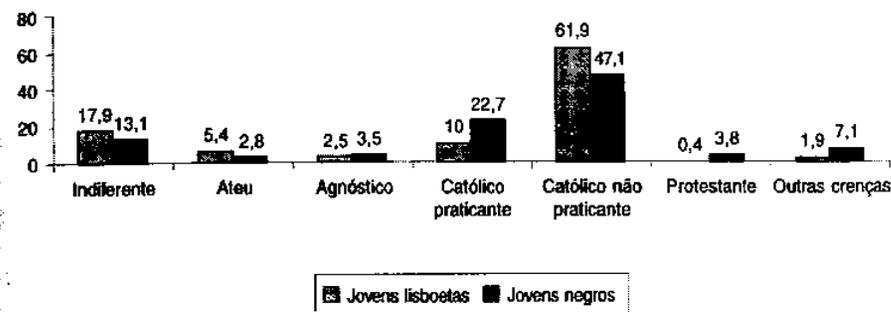


Figura 6.9 Posição religiosa, segundo as amostras (%)

primeiros, visível na maior adesão a confissões não católicas, sejam de orientação protestante (4% vs 0,4%) ou de outras crenças diversas (7% vs 2%). Considerando que a vivência destas religiões geralmente reclama dos seus confessores uma prática efectiva e regular, a maior diversidade religiosa acaba por reforçar a primeira tendência identificada, ou seja, a existência de uma vivência mais ritualista e empenhada da religião por parte do segmento "negro" da população juvenil.

Os perfis sociais em que ancoram os diversos tipos de posição religiosa são também contrastantes entre "negros" e "brancos". Por um lado, constata-se a forte clivagem de género na vivência religiosa dos jovens lisboetas, com as mulheres marcadamente mais católicas e ritualistas do que os homens, sendo mais frequente entre estes as atitudes não crentes (Quadro 6.19). Entre a população juvenil "negra", por seu turno, não se observam

Quadro 6.19 Posição religiosa, segundo as amostras e o género (%)

Posição religiosa	Jovens lisboetas		Jovens negros	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Indiferente	21,2	14,7	15,1	11,1
Ateu	8,6	2,3	3,0	2,5
Agnóstico	2,0	3,0	5,0	2,0
Católico praticante	5,9	14,0	19,6	25,8
Católico não praticante	59,2	64,5	48,2	46,0
Protestante	0,8	-	2,5	5,1
Outras crenças	2,4	1,5	6,5	7,6

variações significativas segundo o género nas posições religiosas que os inquiridos assumem.

Percebe-se, contudo, uma diferença marcante a nível etário: no escalão mais jovem, já em grande medida socializado no contexto da sociedade portuguesa, encontramos as frequências mais elevadas de jovens sem qualquer identificação religiosa e, simultaneamente, a maior percentagem de católicos praticantes (Quadro 6.20). À medida que subimos na estrutura etária da amostra, os índices da prática católica vão descendo acentuadamente, conservando-se, porém, a identificação católica nominalista. Simultaneamente, desce também a incidência das posições não crentes, aumentando no sentido das posições mais atípicas (protestantes e outras crenças). Na amostra lisboeta, a variação segundo a estrutura etária da população não é significativa, só se sentindo alguma diminuição da prática do catolicismo com a assunção da maioridade.

Quadro 6.20 Posição religiosa, segundo as amostras e o grupo etário (%)

Posição religiosa	Jovens lisboetas				Jovens negros			
	15-17	18-20	21-24	25-29	15-17	18-20	21-24	25-29
Indiferente	20,5	16,0	17,6	17,4	20,6	11,1	11,8	11,9
Ateu	2,4	5,9	10,4	3,4	4,8	4,9	-	3,0
Agnóstico	2,4	2,5	3,2	2,0	7,9	1,2	4,2	2,2
Católico praticante	16,5	7,6	4,8	10,7	34,9	28,4	21,0	14,9
Católico não praticante	56,7	65,5	60,8	64,4	28,6	44,4	50,4	54,5
Protestante	-	0,8	0,8	-	1,6	2,5	4,2	5,2
Outras crenças	1,6	1,7	2,4	2,0	1,6	7,4	8,4	8,2

Já a variação introduzida pela escolaridade do próprio se faz sentir mais fortemente entre os jovens lisboetas em geral, onde o aumento dos recursos escolares implica a diminuição substancial das atitudes de indiferença, assim como da prática católica efectiva, fazendo subir, por sua vez, a identificação nominalista com o catolicismo e, em menor escala, as atitudes agnósticas (Quadro 6.21). Entre os sectores "negros" da população lisboeta, observa-se ainda uma significativa diversificação das posições religiosas entre os inquiridos mais escolarizados relativamente aos mais descapitalizados de capital escolar, estes homogeneamente mais congregados em torno do catolicismo.

Quadro 6.21 Posição religiosa, segundo as amostras e o grau de instrução do próprio (%)

Instrução do próprio	Jovens lisboetas				Jovens negros			
	até 6ª	7ª-9ª	10ª-12ª	+12ª	até 6ª	7ª-9ª	10ª-12ª	+12ª
Posição religiosa								
Indiferente	30,9	17,2	16,4	8,9	14,5	15,8	9,9	12,7
Ateu	6,2	3,1	6,9	5,9	1,5	2,6	3,6	3,8
Agnóstico	-	1,2	2,5	6,9	2,3	1,3	3,6	7,6
Católico praticante	10,3	9,8	12,5	5,9	21,4	30,3	24,3	15,2
Católico não praticante	50,5	65,6	60,4	69,3	51,9	47,4	47,7	38,0
Protestante	1,0	-	0,6	-	3,1	-	2,7	10,1
Outras crenças	1,0	3,1	0,6	3,0	5,3	2,6	8,1	12,7

Síntese e Conclusões

Apesar de generalizado, o enfraquecimento do exercício da cidadania política identificado na sociedade portuguesa, a par de outras sociedades ocidentais, não se sente com a mesma intensidade em todos os seus segmentos. Existem condições objectivas que propiciam uma maior ou menor predisposição subjectiva à mobilização associativa por parte de determinados perfis sociais, nomeadamente quando contextualizados em grupos entendidos e percebidos como socialmente minoritários. Daí termos aventado a hipótese de existir um maior empenhamento no exercício ou na reivindicação dos direitos políticos formais que a cidadania confere, como a participação associada, por parte dos "jovens negros" residentes na Grande Lisboa, relativamente aos restantes segmentos juvenis lisboetas.

Com efeito, como tivemos oportunidade de referenciar, o associativismo tem vindo a constituir, nos últimos tempos, expressão privilegiada na defesa dos interesses e direitos colectivos de várias minorias "étnicas" junto das esferas de decisão política, social e económica da sociedade portuguesa, como tem traduzido o aumento da visibilidade e acção pública de associações de âmbito nacional, regional ou local. A intensificação da politização da questão da etnicidade e da imigração em Portugal tem levado à emergência e alargamento de inúmeras associações vocacionadas para representar os interesses das comunidades que se radicam em Portugal, associações essas que têm vindo a assumir estatutos diversos. Daí que a participação associativa ou em grupos organizados se tenha constatado notoriamente mais elevada entre os "jovens negros" em praticamente todos os tipos de organizações elencadas.

Destacaram-se três principais áreas na mobilização da acção colectiva dos "jovens negros" residentes na região de Lisboa, com diferentes bases

de recrutamento social: a cidadania (associações de estudantes, recreativas, cívicas ou de acção social), o desporto (clubes, equipas e claques), a religião (grupos religiosos) e a cultura, com principal destaque para a música. No primeiro espaço social, destacam-se os estudantes universitários estrangeiros, provenientes dos PALOP (sobretudo de Angola), de estrato social privilegiado. Apenas as associações recreativas recrutam, entre os "jovens negros" e, aqui, em contraste com os jovens lisboetas associados, um perfil menos elitizado e transversal, a que não será alheio o facto de ser um espaço associativo mais frequentado por população de naturalidade cabo-verdiana e portuguesa (que, como sabemos, uma grande maioria é de origem cabo-verdiana).

Na base da selectividade social ancorada a este tipo de espaços associativos estarão os dividendos simbólicos e sociais de que os seus membros mais empenhados beneficiam, dada a natureza politizada das funções que desempenham e a proximidade social que acabam por promover relativamente aos representantes de várias esferas de decisão. Tal hipótese ganha maior consistência quando se constata a coincidência entre o perfil de recrutamento dominante deste espaço associativo e o perfil social dos "jovens negros" que maior disposição mostram para discutir assuntos políticos no seu quotidiano, manifestação que traduz uma convergência entre *mobilização efectiva* e *mobilização cognitiva*, nomeadamente entre uma população onde o desinteresse relativamente aos temas políticos se observou particularmente notório e generalizado.

Por outro lado, no que respeita à potencial orientação política do voto, não se constatou qualquer tipo de "eticização" ou "racialização" das simpatias partidárias — no sentido das clivagens patentes nas suas orientações traduzirem clivagens propriamente "étnicas".⁹ Salientou-se a predominância dos posicionamentos ao centro (40%), com a tendência para uma maior concentração à esquerda (36%). Note-se que cerca de 1/4 da população juvenil "negra" optou por não se colocar em qualquer posição na escala esquerda-direita, o que indicia algum distanciamento perante a esfera política e as suas tradicionais clivagens. Esse distanciamento viu-se significativamente aumentado na resposta perante o leque de possibilidades concretas disponíveis no mercado partidário em Portugal, sendo cerca de metade os "jovens negros" que afirmam não ter nenhuma simpatia partidária por qualquer dos partidos políticos portugueses, percentagem que não se afasta da que representa os jovens lisboetas com a mesma opinião (43%). Os efeitos de escolaridade e de idade são, basicamente, coincidentes em ambas as amostras, sendo a tendência para a desidentificação com a oferta parti-

9 Como acontece, por exemplo, nos EUA, onde a minoria afro-americana é maioritariamente liberal.

dária disponível no sistema democrático português particularmente acentuada entre os inquiridos mais novos e sem curso superior.

No entanto, se entre a generalidade dos jovens lisboetas o aumento da idade segue o aumento da identificação partidária, o mesmo não acontece entre os "jovens negros", situação perante a qual aventamos a hipótese de remeter para um maior alheamento ideológico e cognitivo perante o sistema democrático português por parte da população imigrante com menor tempo de permanência na sociedade portuguesa, população sobrerrepresentada nos segmentos etários mais velhos. Por outro lado, se as atitudes de desidentificação se constataram particularmente elevadas entre os "jovens negros" sem curso superior, a frequência universitária esbate, por sua vez, as diferenças comparativas entre as duas amostras em termos da desidentificação partidária.

As reservas aqui reveladas perante o sistema partidário não devem ser tomadas, automaticamente, como uma atitude de alegada despolitização ou indisponibilidade para a intervenção política, mas sobretudo como uma certa inadequação da actual oferta político-partidária às aspirações e problemas destes segmentos sociais, por via de uma certa indiferenciação dos objectivos e propostas de acção política por parte dos partidos:

"A competição partidária induz uma uniformização das alternativas possíveis, aproximando as orientações partidárias ao "centro político" a fim de captar o máximo de apoios. Esta situação de indiferenciação política, nomeadamente entre os partidos com possibilidades de atingir a maioria eleitoral, é característica do esvaziamento programático, na expressão de Villaverde Cabral, e repercutem-se na diminuição do interesse público em razão, precisamente, da limitação das alternativas apresentadas aos cidadãos." (Mozzicafreddo, 1998, p. 271)

Entre os que optaram por uma das opções partidárias disponíveis, o que se constata é que quanto mais velhos e mais escolarizados, mais semelhantes são as atitudes entre "jovens negros" e "jovens brancos" perante o sistema partidário português. Começa por notar-se alguma perda do favoritismo pelo PS relativamente à população jovem lisboeta — sem que este partido perca, todavia, a sua predominância no espectro das simpatias partidárias dos "jovens negros" — a qual vai favorecer o eleitorado do PSD. O crescimento da identificação partidária com a idade, por seu turno, acaba por beneficiar os dois principais partidos portugueses, sobretudo o PS dentro do eleitorado "negro", já que se verifica alguma estabilidade etária dos simpatizantes do PSD nesse segmento social. O mesmo acontece com o crescimento das habilitações escolares, também favorável ao PS entre os "jovens negros", sendo mais favorável aos pequenos partidos entre a generalidade dos jovens universitários lisboetas.

Com um índice de adesão bastante elevado entre os "jovens negros" relativamente aos jovens lisboetas surgem os espaços associativos de natureza desportiva e os grupos musicais. Tendo em comum a dominante masculina no recrutamento, a elevada mobilização em torno destes espaços de acção colectiva demonstrou-se, no conjunto dos "jovens negros", transversal à estrutura social, escolar e ocupacional deste segmento populacional, ao contrário do que acontece entre os lisboetas actuantes nestes campos. O facto de serem espaços sociais onde a notoriedade e o protagonismo público de "negros" é bastante visível, acaba por servir de pólo de atracção e de referência identitária muito positiva. O desporto e a música são campos onde efectivamente se podem encontrar muitos casos mediatizados de trajectórias de rápida ascensão social e reconhecimento público de indivíduos "negros", acabando por ser simbolicamente investidos por uma "mística" de sucesso "étnico" enquanto meios possíveis de mobilidade social e económica dentro deste segmento populacional.

Por fim, destaque-se a significativa adesão dos "jovens negros" a grupos religiosos (21%) comparativamente à generalidade da população juvenil lisboeta (1,5%), o que traduz a saliência da religiosidade na estrutura identitária dos primeiros. A importância da dimensão religiosa dentro desse grupo manifesta-se ainda na assunção de comportamentos confessionais mais pluralistas e ritualistas relativamente aos jovens lisboetas, cujas posições religiosas oscilam sobretudo entre a ausência de crença (26%) ou a convergência em torno do catolicismo (72%) numa versão tendencialmente mais nominalista.

3.ª PARTE | PERCEPÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO E RELAÇÃO COM A SOCIEDADE PORTUGUESA